

# A produção capitalista do espaço e as tensões dela resultantes para os habitantes da Praia do Sono, em Paraty/RJ:

## Resistência e contradições fruto das articulações envolvendo o Covid-19.

### Resumo

#### **Raíssa de Souza Marinho**

Mestranda em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio.

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma problemática que se vive fruto dos conflitos entre populações ditas “tradicionais” e a forma capitalista de produção do espaço, que carrega consigo, de forma inerente, contradições associadas ao seu processo de produção. Caminhamos a partir de 3 momentos da reflexão: 1) A inauguração da rodovia BR-101, em seu trecho Rio-Santos, como marco da abertura da região sul fluminense para a territorialização do capital turístico-imobiliário e a expansão da produção capitalista do espaço em Paraty. 2) Abordamos a península da Juatinga, os caiçaras e a Praia do Sono buscando refletir sobre como o lugar, a população e a comunidade vem sendo atravessados pela expansão desse modo de produção do espaço e seus instrumentos de dominação. 3) Nesse momento refletimos sobre o processo de mobilização comunitária realizada pela Praia do Sono durante o primeiro ano da pandemia, que resultou em aproximadamente três meses de fechamento do território realizado de forma autônoma. Abordamos também as tensões internas que surgem do final do movimento que, passados 2 anos, continuam latentes. O artigo evidencia o sucesso da mobilização, as potencialidades da ação coletiva no território caiçara e, simultaneamente, explicita a tensão interna existente, que tem como origem dois olhares, desejos e perspectivas distintas de presente e futuro para a comunidade.

#### *Endereço institucional:*

Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Coordenação de Pós-Graduação em Geografia Rua Marquês de São Vicente, 225 Gávea – CEP 22453-900

#### *Endereço eletrônico:*

raissamarinhogeo@gmail.com

**Palavras-chave:** Comunidade tradicional, caiçaras, Paraty, Covid-19, resistências.

**LA PRODUCTION CAPITALISTE DE L'ESPACE ET LES TENSIONS QUI EN RÉSULTENT POUR LES HABITANTS DE PRAIA DO SONO, DANS PARATY/RJ: RÉSISTANCE ET CONTRADICTIONS AVANT LES ARTICULATIONS IMPLIQUANT LE COVID-19.**

Cet article vise à présenter un problème qui est le résultat de conflits entre les populations dites « traditionnelles » et la forme capitaliste de production spatiale, qui comporte intrinsèquement des contradictions associées à son processus de production. La réflexion est divisée en 3 moments : 1) L'inauguration de l'autoroute BR-101, dans son tronçon Rio-Santos, comme une étape importante dans l'ouverture de la région sud de Rio de Janeiro à la territorialisation de la capitale touristique-immobilière et à l'expansion de la production capitaliste de l'espace à Paraty. 2) Nous parlons de la péninsule de Juatinga, des caiçaras et de Praia do Sono qui cherchent à réfléchir sur la façon dont le lieu, la population et la communauté sont touchés par l'expansion de ce mode de production de l'espace et de ses instruments de domination. 3) En ce moment, nous réfléchissons au processus de mobilisation communautaire effectué par les habitants de Praia do Sono au cours de la première année de la pandémie, qui a entraîné trois mois de fermeture du territoire effectué de manière autonome. Nous abordons également les tensions internes qui découlent de la fin du mouvement, qui, après 2 ans, restent latentes. L'article souligne le succès de la mobilisation, les potentialités de l'action collective dans le territoire de la caiçara et, simultanément, explique la tension interne existante, qui provient de deux perspectives, désirs et intérêts distincts pour le présent et l'avenir dans la communauté praia do Sono.

**Keywords:** Communauté traditionnelle, caiçaras, Paraty, Covid-19, Résistance.

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma problemática que se vive fruto dos conflitos entre populações ditas “tradicionais” e a forma capitalista de produção do espaço, que carrega consigo, de forma intrínseca, contradições associadas ao seu processo de produção.

Nosso texto apresenta dois momentos: o primeiro refletindo acerca da expansão dessa produção capitalista do espaço em Paraty, as transformações no sujeito caiçara e na comunidade da Praia do Sono. E o segundo trata de um acontecimento específico, o fechamento do território realizado pela comunidade durante a pandemia, buscando perceber as tensões que surgem desse processo e que permeiam a comunidade ainda hoje. Tensões essas que tem como origem distintas

## A produção capitalista do espaço e as tensões dela resultantes...

Raíssa de Souza Marinho

formas de conceber a comunidade e o que se deseja para ela.

Trataremos aqui de uma comunidade caiçara localizada em Paraty, a Praia do Sono. Lar de aproximadamente 350 pessoas, a comunidade, que já teve um modo de vida associado às atividades de pesca artesanal e a roça, de caráter predominantemente rural, vem sendo constantemente transformada a partir da expansão da produção capitalista do espaço para o sul fluminense. Desde a década de 70, tendo como marco a inauguração da BR-101, a região é protagonista de uma narrativa, a nível nacional, de enfoque econômico voltado para o desenvolvimento de um turismo e veraneio de luxo, sendo ainda marcada pela chegada de grandes empreendimentos de diferentes esferas.

Soma-se a esse quadro o fato de que, desde a década de 90, essa comunidade vem sendo constantemente assediada por um turismo caracterizado como turismo predatório, pautado no consumo do espaço, na desconexão com o meio e que vem transformando, de forma considerável, a forma que a comunidade produz seu espaço e sua sociabilidade, a partir da expansão da racionalidade privada, individual e urbana.



Mapa com a localização do Rio de Janeiro a nível escalar nacional, seguindo para a localização de Paraty a nível escalar do estado do Rio de Janeiro e enfim a localização da Península da Juatinga a nível escalar de Paraty. Fonte: Souza e Loureiro (2015).

Refletir acerca das dinâmicas presentes na Praia do Sono é um caminho que vem sendo construído há alguns anos, com a entrada em 2017 no projeto de extensão “Raízes e Frutos: uma vivência nas comunidades caiçaras da Península da Juatinga”. O projeto existe desde 2007 em atuação com as comunidades caiçaras da península

da Juatinga, vinculado ao departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Se aprofunda em 2019, quando começo a desenvolver meu trabalho de conclusão de curso pensando “A atuação do turismo na produção do espaço na comunidade caiçara da Praia do Sono”.

O projeto tem como objetivo trazer maior visibilidade às problemáticas presentes no território caiçara para dentro da universidade, buscando, orientados pela Ecologia dos Saberes (SOUSA SANTOS, 2007), de um lado, construir apoio técnico e intelectual na busca por resoluções dos conflitos e, de outro, trabalhar a valorização do patrimônio material e imaterial caiçara, buscando o fortalecimento dos sujeitos sociais através do reconhecimento e da valorização de seus conhecimentos tradicionais. Assim como discutir as novas questões que pulsam no/do território, que está a todo o tempo sob olhar de diferentes interesses, tendo associado a ele um forte caráter de luta e vigília comunitária diante dos jogos de força que ali se impõem.

Nos anos que integrei o projeto, buscamos expandir nossa atuação, até então muito voltada para o Pouso da Cajaíba e a Praia Grande da Cajaíba, para a comunidade da Praia do Sono, maior comunidade da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ). A Praia do Sono, além de ser a maior comunidade em número de habitantes, é também em dimensão geográfica e carrega mais uma singularidade em torno da sua localização: ela é a última comunidade abarcada pela REJ na direção Rio - São Paulo, sendo separada da comunidade caiçara de Trindade pela presença imponente e conflituosa do condomínio Laranjeiras<sup>1</sup>. Essa facilidade de acesso faz com que a

---

<sup>1</sup> Esse condomínio, que é um dos maiores condomínios de luxo do país, como é mostrado na pesquisa realizada por De silva (2018) faz parte da ofensiva espoliadora do período da ditadura militar empresarial, que se dá através do uso da força e da violência como método de avanço do capital sobre os territórios, realizando a expulsão de diversas famílias. Sendo essa uma prática realizada tanto pelo Estado, como pelos grupos empresariais envolvidos, numa lógica em que as duas instâncias atuam alinhadamente. O condomínio já foi motivo de muitos conflitos para a comunidade e continua sendo ainda hoje, alterando os antigos caminhos comunitários, impedindo o ir e vir dos moradores e querendo ordena-lô a partir de seus interesses. Hoje, mais de 20 caiçaras estão sendo processados pelo condomínio por tentarem passar a pé por dentro dele, caminho historicamente utilizado pelos moradores da Praia do Sono por décadas e décadas anteriormente a chegada do condomínio, que está localizado dentro de unidades de conservação. Reportagem: [Condomínio de luxo em Paraty limita passagem de caiçaras - 27/02/2022 - Cotidiano - Folha \(uol.com.br\)](https://www1.folha.uol.com.br/coluna/2022/02/condominio-de-luxo-em-paraty-limita-passagem-de-caicaras-27/02/2022-cotidiano-folha-uol-com-br/)

comunidade do Sono seja a que mais recebe turistas, assim como a que mais se transformou para atender a essa finalidade econômica.

Em 2018 foi realizado um trabalho de campo na Praia do Sono que teve um papel fundamental no despertar de algumas questões. O campo foi realizado entre 4 ou 5 dias, chegamos alguns dias antes de um grande feriado. Sabíamos que isso implicaria algumas limitações para nosso trabalho, uma vez que durante os feriados, assim como na alta temporada, a maior parte da comunidade se ocupa em função das atividades associadas ao turismo e pouco tempo resta para prostrar. Mas nós não perderíamos por esperar!

Estar na Praia do Sono nas vésperas de um feriado propiciou justamente que o grupo estivesse imerso na significativa transformação espacial que passaria a comunidade, literalmente, no intervalo de um dia para outro. Entre a aparente tranquilidade comunitária dos dias comuns, o movimento das ondas e dos pescadores conferindo o cerco<sup>2</sup>, o ir e vir dos barqueiros trazendo suas compras e familiares, as crianças indo e voltando para a escola, o horário pontual da missa, os movimentos cotidianos pareciam se apresentar como eram. Até que se inicia o primeiro dia do feriado e rapidamente um ir e vir de pessoas que, por algumas razões, não pareciam dali, tem início. Entre grandes mochilas e sacolas de mercado de um lado, barracas e caixas de som do outro, uma movimentação diferente se impunha na comunidade e rapidamente, os caixas pareciam sumir daquela paisagem enquanto reapareciam atrás dos balcões.

Vivenciar essas transformações espaciais na Praia do Sono, que se manifesta de forma intensa pela já mencionada facilidade de acesso e a variedade existente de opções de hospedagem, vivenciar o antes, a chegada do feriado e seu durante, foram acontecimentos que me apresentaram novas inquietações. Parecia se estar diante de duas realidades espaciais distintas, apesar de se estar no mesmo lugar. Esse fato me

---

<sup>2</sup> O cerco flutuante é uma técnica de pesca artesanal em que é possível realizar a captura dos seres aquáticos mesmo sem haver uma pessoa presente de forma constante lá, a partir da tecnologia de uma montagem específica da rede de pesca. Funciona como uma armadilha onde os peixes ficam presos e, ao realizar a visita ao cerco, tira-se apenas o que será necessário para comer e o que será destinado à comercialização, sendo os filhotes ou outras espécies não consumidas devolvidas ao mar sem prejuízos, conformando a pesca artesanal e a manutenção da sobrevivência das diferentes espécies, diferentemente da pesca predatória que assola o território marítimo de Paraty.

estimulou a desenvolver posteriormente o trabalho de conclusão de curso intitulado “A atuação do turismo na produção do espaço na Praia do Sono”.



Fotografia avistando a Praia do Sono: chegada por trilha

Fonte: Arquivo pessoal da autora. Janeiro, 2020.

Finalizando o trabalho de conclusão de curso no ano de 2020, é chegada a pandemia da Covid-19, que, desregulando os tempos individuais e coletivos (SOUSA SANTOS, 2021, p.15), traz consigo algo inédito para o território caiçara. Pela primeira vez, aquela produção do espaço atravessada diretamente pela presença das atividades turísticas, que vem se dando de forma contínua e crescente desde a década de 90, alterando as dinâmicas espaciais e a racionalidade comunitária, sofre uma suspensão, com a necessidade do isolamento social e o posterior movimento de fechamento do território realizado pelas comunidades Trindade e Praia do Sono. Em poucos meses, o que estava pesquisando se transformava diante dos meus olhos e se impunha uma nova lógica sobre aquele cotidiano. A comunidade da Praia do Sono seguia me convidando para um denso mergulho.

Nossa presente análise busca refletir sobre o processo de territorialização do capital em Paraty e como esse processo chega à Praia do Sono, que, envoltas de diversos episódios de resistência comunitária, conseguiram manter a comunidade se assumindo enquanto comunidade tradicional caiçara até hoje. No entanto, muitas transformações ocorreram e ocorrem ao longo desse tempo, modificando a forma de

pensar e produzir espaço e relações sociais entre os comunitários, diante da internalização de estruturas e influências do externo, num jogo assimétrico de forças, como nos evidencia Milton Santos (1988) em sua obra “Metamorfose do espaço habitado”.

Temos como intuito analisar esse processo por onde julgamos que ele tem início, a partir da abertura da Rio-Santos e, conseqüentemente, do sul fluminense para um novo momento no que tange sua produção espacial e a criação de uma finalidade econômica para a região, que passa a existir associada ao turismo e veraneio de luxo, pautados no desenvolvimento do setor imobiliário de influência e com participação de interesses internacionais.

Nos interessa perceber como esse processo, ao longo de 50 anos, continua atuando na transformação do modo de pensar das comunidades tradicionais que ali habitam, mais especificamente a Praia do Sono, buscando perceber como essa tensão entre duas formas distintas de pensar e produzir a vida continuam existindo, em constante mesclagem e de cada vez mais difícil distinção. Nos interessa perceber como essas contradições se expressam dentro tanto de situações cotidianas, quanto em situações de crise e urgência. Assim como foi com a chegada da pandemia e os movimentos que dela surgem, envoltos em contradições em torno de divergências sobre os caminhos a serem seguidos, entre a prevalência da lógica do mercado X a lógica da sobrevivência.

Nesse sentido, *a problemática da pesquisa se apresenta como a imposição da lógica capitalista na vida cotidiana*. Entendemos que essa imposição não se dá de forma direta, como se nada do que foi e é inserido nesse cotidiano comunitário fosse desejado. Sabemos que não se trata de situações tão simplistas. Muitos aspectos são desejados, enquanto muitos não o são e cada sujeito viverá essas contradições de uma maneira específica, de acordo com sua perspectiva, com seus desejos e intenções. Ainda assim, compreendemos que se enquadre como uma imposição uma vez que se trata de uma racionalidade que chega como uma determinação “de cima” a ser adotada, que feito um vírus, chega sem consultar ou pedir licença, contaminando o pensamento das pessoas, da comunalidade para o individualismo.

## **Integrando empiria e teoria**

Cientes dos desafios inerentes a tentativa de captar o real, nos lançamos na busca por compreendê-lo enquanto acontece, ao longo da vida cotidiana. O real se encontra envolto de fetiches e representações que o mascaram e impedem, ou dificultam os sujeitos de superar o olhar para além da pseudoconcreticidade, como nos mostra Kosik (1976). Ainda, mesmo com a possibilidade de um olhar concreto para o real, é necessário lembrar a impossibilidade de captação completa da totalidade, uma vez que, quando se pensa tê-la alcançado, os ventos já sopraram e o real já se modificou, já foi transformado.

Apresentamos aqui que perspectiva trabalhamos em torno da articulação e do diálogo entre os conceitos que seguirão presentes ao longo do trabalho, a partir da constelação de conceitos de Rogério Haesbaert (2014). Nessa representação, que reflete sobre a articulação entre os conceitos chave do pensamento geográfico, o espaço ocupa o lugar do astro rei - o Sol - com todo seu grande potencial de esclarecimento, que é multiplicado ao iluminar os conceitos-planetas, que orbitam ao seu redor, como território, paisagem, lugar e ambiente, cada um com seu potencial específico de iluminação (esclarecimento), sendo esse apenas possível na medida em que os conceitos-planetas se encontram conectados, indissociavelmente de seu astro rei, o espaço-Sol.

Partimos dessa ideia para colocá-la em diálogo com a proposição de Valter do Carmo Cruz (2010) acerca do entendimento dos conceitos a partir da metáfora da caixa de ferramentas (CRUZ, 2010), em que compreendemos cada conceito como uma ferramenta, que será de maior valor ao ser utilizada/acionada para as finalidades/assuntos a que melhor responde. Sempre levando em consideração a dimensão política da escolha e do uso de cada conceito, entendendo sua condição enquanto afirmação de um posicionamento sobre como é entendido um determinado fenômeno.

A partir dessa explanação apresentamos as duas grandes pesquisadoras que serão referenciadas para pensar o espaço, a Doreen Massey (2005) e a Ana Fani Alexandre Carlos (2011). Essas duas autoras, que muito contribuíram nas reflexões

geográficas com suas colaborações acerca de temas fundamentais como a própria categoria espaço, tem suas interpretações postas em diálogo, buscando avançar nas potencialidades que encontramos ao articular o espaço aberto, fruto das inter-relações, múltiplo e em devir da Massey (2005), com a perspectiva do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução social de Carlos (2011).

Entende-se que a articulação entre essas duas maneiras de compreender o espaço nos oferecem aberturas e possibilidade de mergulhos mais profundos para refletir acerca da importância que tem o espaço hoje para a reprodução do capital. Reprodução essa que se choca com o espaço da coexistência da multiplicidade, quando essa não pode ser intensamente mercadificada. Além disso, nos oferecem caminhos para explorar as complexidades que envolvem pensar o espaço em suas transformações, rupturas e permanências diante do avanço da expansão do modo de produção capitalista e as tensões inerentes a ele. Assim como refletir sobre as resistências que essa expansão encontra em seu caminho, delineando essa contraditória relação marcada por forças assimétricas entre o interno e o externo, entre o que do interno será preservado e o que do externo se internaliza, reconfigurando as relações e acentuando as contradições, uma vez que muitos aspectos do externo são desejados e valorizados, mas que, consigo, trazem aspectos não desejados, que vão de encontro um ao outro, reconfigurando as relações sociais comunitárias na/da Praia do Sono.

Entendemos que, no caminho dessa expansão capitalista foram encontradas diversas territorialidades outras que foram sujeitadas, cooptadas e seduzidas por esse modo de produção da vida, promovendo a abertura do espaço e possibilitando o prolongamento espacial dessa forma de produção. Tal choque resultou em diversos conflitos desde a década de 1970 até hoje, de natureza diversas, associado à chegada e a presença constante e expansiva da modernidade, que, diante das resistências encontradas no percurso de seu crescimento, continua sua missão de expansão. Segue mesmo que através da espoliação, com uso da violência e ameaças, promovendo a expulsão do território e a retirada dos já tão frágeis direitos dos diferentes povos, que sobrevivem dividindo espaço com o condomínio Laranjeiras e tantos outros, em meio

a resorts, usinas nucleares e comunidades tradicionais, configurando um espaço um tanto quanto particular.

### **A modernidade vem de carro: os descaminhos da abertura da Rio-Santos e a expansão da produção capitalista do espaço em Paraty**

Paraty, município limítrofe entre o estado do Rio de Janeiro e São Paulo, compõe a Baía da Ilha Grande, está inserido historicamente, ao longo das últimas cinco décadas, no contexto das transformações espaciais associadas à expansão da produção capitalista no espaço no sul fluminense, ocorridas ao longo da segunda metade do século XX. Localizado entre a serra e o mar, com exuberante mata atlântica, repleto de rios e águas que brotam da fonte, com uma farta riqueza ambiental e cultural, lar de diversas comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas, o município tem facilidade de encantar e chamar atenção daqueles que passam por ele.

As narrativas geo-históricas em torno de Paraty geralmente se encontram associadas aos diferentes momentos econômicos que o município esteve inserido, integrados às transformações econômicas em seu interior e arredores, sendo uma área que obteve ao longo do tempo, diferentes razões de importância. Ao longo do século XVII e XVIII, Paraty teve um importante desempenho no que tange a troca de produtos agrícolas e minérios. No final do século XVII o porto de Paraty desempenhava importante posição na entrada e saída de produtos, que saíam das chamadas “minas gerais” para o Rio de Janeiro.

No contexto de difícil movimentação pelo espaço, entre matas, montanhas, mares e rios, o porto de Paraty era o canal que conectava o que chegava de mercadoria às “minas gerais”. O caminho era realizado através do “Caminho Velho”, antiga trilha de origem indígena, que foi sendo apropriada para fins comerciais e de circulação, ligando Paraty a o que hoje é Cunha, Guaratinguetá e Ouro Preto, em longos dias de difícil viagem. Esse contexto de dinamismo e integração da região à dimensão econômica regional foi sendo enfraquecido a partir da inauguração do “Caminho Novo”, que conectava diretamente as “minas gerais” ao Rio de Janeiro, sem ter em sua

rota a passagem por Paraty, o que levou a um período entendido como de estagnação econômica, entre 1750 e 1800. Tal aspecto chama atenção para como o dinamismo de Paraty esteve ligado a questões externas à localidade, sendo sua importância associada à sua localização e a difícil mobilidade imposta pelo contexto.

Essa dita estagnação econômica perdurou até o momento em que há um movimento de crescimento das exportações do grão de café, que tinham sua frente de produção no Vale do Rio Paraíba. Paraty passa a retomar, pouco a pouco, sua importância, uma vez que a localização que o porto ali oferece, torna-se atrativa para o contexto novamente. Mais tarde, em 1870, D. Pedro II inaugura a estrada que liga a região do Paraíba do Sul ao Rio de Janeiro, levando Paraty novamente a um momento de menor dinamismo, uma vez que sua importância econômica continuava associada a dimensão portuária.

Segundo Neto et al.(2011), em sua investigação que trata da reconversão econômica da cidade de Paraty:

A caracterização histórica que se segue foi feita com base nos documentos bibliográficos sobre Paraty. Analisando a evolução de Paraty, contatou-se que seus processos de reconversão podem ser delimitados em três períodos: (i) povoamento e urbanização de Paraty: entreposto comercial e rota de acesso ao ouro nas Minas (até o século XVIII); (ii) declínio e esquecimento de Paraty: abertura de novos caminhos por terra e ferroviário para as Minas (entre o século XVIII até o século XX); (iii) ressurgimento e início do ciclo do turismo cultural: abertura da estrada Rio-Santos (a partir da segunda metade do século XX). (NETO ET AL, 2011, p 12).

Nossa reflexão parte do que Neto et al (2011) colocam como o terceiro processo de reconversão econômica da cidade, pautado na abertura da Rio-Santos e o estabelecimento do “início de um ciclo de turismo cultural”, sendo um período distinto dos outros e que tem como marco a abertura da rodovia BR-101.

Esse processo - apoiado na criação imagética da idéia de uma “Costa Verde”<sup>3</sup> vazia e disponível para ser explorada - traz consigo de forma intrínseca a abertura de

---

<sup>3</sup> Colocamos o termo entre aspas por entender que o termo “Costa Verde” é um termo criado para ser usado à serviço do capital, buscando disseminar uma ideia da região pautando suas belezas naturais e o lazer que o contato com as mesmas proporcionam, estimulando uma lógica de consumo do espaço. É um termo que vem sendo utilizado por grandes corporações na divulgação de projetos imobiliários

conflitos de matriz ontológica entre duas racionalidades distintas - os que chegam, com seus interesses privados, capitalizados e desenvolvimentistas, e as populações locais que historicamente ali habitam- que vão tendo seu modo de vida atravessado por outra forma de conceber e produzir espaço.

Buscamos compreender como essas intrincadas relações se apresentam hoje na Praia do Sono, comunidade caiçara que é aqui abordada como um exemplo de lugar que é atravessado pela expansão da produção capitalista do espaço- buscando evidenciar as permanências e as rupturas após 50 décadas de tensões e mesclagem. Para abordar esse processo, partimos, portanto, da BR-101 enquanto via que abre o caminho para a territorialização da racionalidade do desenvolvimento, do progresso, do novo, do avanço, do privado, em contrapartida ao que seria o não desenvolvido, o arcaico, o velho, o ultrapassado, o comum, associados, pelo discurso da modernidade, às formas outras de produção da vida.

Compreendemos que a região já se encontrava inserida na lógica capitalista de produção do espaço daquele momento, sendo um importante lugar para a economia regional. No entanto, escolhemos a BR-101 como marco por compreendê-la como o ponta pé que promove a abertura da região ao capital não mais pautado na produção de alimentos, aguardente ou na escoação de minérios. Não mais apenas como um porto ou um importante entreposto comercial, mas inseridos num contexto de desenvolvimento pautado em outros princípios, colocados pela modernidade, configurando um “segundo momento do capitalismo”, mais radical, “moderno” e voraz.

A região de Paraty e Angra dos Reis tem sido um dos focos da expansão da produção capitalista do espaço no estado do Rio de Janeiro, configurando as ideias em torno de um “Brasil grande” -sustentados como discurso para lançar novos territórios à espoliação no período da ditadura militar-empresarial - contando com a participação de grandes multinacionais, como a Brascan e a Adela: Agência de Desenvolvimento na América Latina (que permanecem até hoje causando conflitos e

---

e por organizações de serviços turísticos. Não utilizaremos o termo ao longo de nossa pesquisa para tratar da região, somente quando quisermos enfatizar justamente esse sentido mercadológico que o termo traz. Por isso, quando mencionado, estará entre aspas.

mortes na região, alegando a propriedade da terra<sup>4</sup>), consolidando o que é hoje um destino turístico a nível mundial.

Num contexto de ode a modernidade, esse destino esconde, por detrás de seus centros históricos coloniais, seus clubes e condomínios de luxo, uma acelerada urbanização da população residente, em meio a grilagem de terras, desterritorialização de famílias e uma crescente desigualdade social, que vem se materializando hoje na expansão de organizações criminosas para as áreas costeiras. Inseridas nesse contexto de expansão da modernidade, as populações caiçaras vem tendo seu modo de vida sendo transformado, em meio às contradições resultantes das tensões inerentes a esse modo de conceber e produzir espaço.

Leonilde Servolo de Medeiros, estudiosa das questões rurais e agrárias, na obra que atuou como organizadora, intitulada ‘Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro’, publicado em 2018, nos apresenta densos capítulos traçando a história da resistência camponesa por todo o estado do Rio de Janeiro. Os estudos de Iby Montenegro de silva (2018), que, a partir do diálogo com outros pesquisadores, no capítulo intitulado “Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral sul fluminense” (411-443), nos apresenta a situação da região sul fluminense, chamando atenção para as transformações ocorridas no processo de construção da Rio- Santos e os muitos conflitos pulsantes na região no contexto da ditadura:

A construção da Rio-Santos se iniciou na primeira metade da década de 1970, sendo aberta ao tráfego em 1975. Foi neste período que o litoral sul fluminense sentiu de maneira mais contundente os impactos das mudanças sociais e ambientais. Também foi o momento em que a área sofreu com mais intensidade a apropriação de suas terras pelo setor empresarial, com a chegada de um grande contingente de agentes públicos e privados do setor turístico (PACHECO, 2010; SANTOS FILHO, 2008). De silva (2018, p. 419)

---

<sup>4</sup> No ano de 2016 um jovem de Trindade foi assassinado na comunidade, a ação foi realizada por um policial que prestava serviços a o que é hoje a TDT, antiga Companhia Paraty Desenvolvimento Turístico, união da Brascan com a Adela. A empresa alega que a área de Trindade é de sua propriedade. Notícia: [Comissão Pastoral da Terra - Conflito territorial em Trindade, RJ, resulta em morte de jovem de 23 anos \(cptnacional.org.br\)](http://cptnacional.org.br)

A década de 70 e 80 marcam a consolidação dessa reorganização espacial sul fluminense, que em seu íntimo, por baixo dos grandes discursos rumo ao desenvolvimento e ao progresso, revela em suas entranhas um movimento contraditório e complexo entre os agentes internos e externos, num jogo de forças assimétricas entre os diferentes movimentos que chegam ao território, em que alguns são desejados e outros não.

Como captar hoje esse jogo de forças, que permeia há tanto tempo o território, que já se materializou em tensões e resistências de diversas ordens? Essa pergunta nos direciona propositalmente para um mergulho ainda mais fundo, para o que seja talvez o campo mais emblemático de ser revelado: *os conflitos que não se materializam*. As tensões imateriais que surgem dessa mesclagem, a partir da exposição ao modo de produção capitalista do espaço, que tem como instrumentos de dominação os processos de *sedução, sujeição e cooptação*. Ainda, e simultaneamente, mesmo seduzidos, sujeitados e cooptados, os sujeitos resistem, numa relação complexa entre os “benefícios” e os “malefícios” (em busca de expressões menos totalizantes) da chegada da “modernidade” através das curvas e desníveis que levam os caminhos da BR-101 a Paraty.

A territorialização do capital em Paraty se deu em meio a conflitos de natureza diversas, com muitas histórias de resistência camponesa, caiçara, indígena e quilombola, consistidas na luta pelo reconhecimento do direito de permanência na terra, diante de lutas com grileiros, com o Estado e com o capital imobiliário. Pela manutenção do seu modo de vida, de seus saberes e práticas tradicionais de uso da terra e pelo acesso a serviços públicos, alinhados a um reconhecimento e diálogo com os conhecimentos tradicionais, como realizado na luta pela conquista de uma educação diferenciada, com reorientação curricular<sup>5</sup> para as escolas dos territórios

---

<sup>5</sup> A conquista da educação diferenciada vem de uma árdua luta travada em conjunto por comunitários do Fórum de Comunidades Tradicionais, o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, o Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF), que promove o Programa “Escolas do Território”, um programa de formação de professores de escolas caiçaras e quilombolas (junto à Secretaria Municipal de Educação de Paraty) e indígenas (junto à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro). Também integra o coletivo como parceiro institucional o Colégio Pedro II. O grupo realiza coletivamente a reorientação curricular das escolas do território, buscando fortalecer a aprendizagem a partir da dimensão do vivido, integrando aos

caiçaras, indígenas e quilombolas, fazendo jus ao cotidiano caiçara, ao vivido do lugar. São lutas que marcam a batalha atual travada por muitos grupos e movimentos sociais contra a colonialidade do saber (LANDER, 1993), que impõe a racionalidade e o conjunto de saberes ocidentais como os válidos e preponderantes sobre outras formas de conhecimento. A luta contra a colonialidade do saber entra em diálogo com o que propõe a já mencionada Ecologia dos Saberes (SOUSA SANTOS, 2007), que defende o contato e a troca entre as diferentes formas de conhecimento. Um conjunto de demandas e bandeiras de luta que podem ser entendidas, de forma geral, como a luta contra a imposição de um modo de vida outro.

### **A península da Juatinga, os Caiçaras e a Praia do Sono**

Localizada em Paraty, na região costeira sul fluminense, a península da Juatinga trata de um recorte geográfico de uma área de Paraty, afastada do centro da cidade. Nessa península, que carrega ainda hoje um certo grau de isolamento geográfico, uma vez que há lugares onde só se chega através de 2 horas de viagem de barco saindo de Paraty, habitam historicamente diferentes comunidades caiçaras, incluindo a Praia do Sono, que viviam até algumas décadas atrás, uma dinâmica de vida baseada nos conhecimentos e práticas tradicionais como a pesca, a agricultura e a caça.

A área que compõe a Península da Juatinga está inserida em um mosaico de unidades de conservação (UC). Essas UC's são administradas por diferentes esferas: federal, estadual e a municipal. Ainda que cada UC tenha tido seu contexto de criação, elas foram criadas num cenário de urgência e pressão social frente ao avanço da destruição do meio ambiente e dos distintos modos de vida presentes na região, que foram atravessados pela consolidação dos grandes empreendimentos no sul fluminense, como as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, o estaleiro Verolme e o Terminal da Baía da Ilha Grande. Além dos diversos projetos imobiliários voltados para atender um turismo e veraneio de alto padrão, sendo atividades com potencial

---

conteúdos da sala de aula os múltiplos saberes comunitários, assim como tornando a comunidade, em muitos momentos, a própria sala de aula. Mais informações: [OTSS - Educação Diferenciada](#)

significativo de destruição do meio ambiente e de desterritorialização das populações locais.

Tendo sido designado a cada uma das UC's diferentes usos, legislações e permissividades, as questões que surgem entre elas e a presença dos povos com suas respectivas práticas tradicionais já foram palco de conflitos diversos no território. No caso da Península da Juatinga, temos uma sobreposição de UC's, entre a APA Caiuru e a REJ, onde a primeira contém a segunda.

Apresentada a Península da Juatinga, devemos nos perguntar: mas quem são os sujeitos sociais que habitam esse espaço? Quem são os chamados *caiçaras*? Podemos inicialmente nos apoiar em leituras que realizam um mergulho nas origens do termo *caiçara*, nos apresentando até mesmo a interessante trajetória etimológica do termo, de origem Tupi-Guarani, utilizado para denominar as estacas que marcavam as aldeias ou que eram postas nas águas para cercar os peixes, sendo mais tarde o nome dado às casas onde são guardadas as canoas, até o momento que passa a ser o nome das populações litorâneas do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, como presente em Adams (2000).

Nesse mesmo artigo nos é apresentada a forte relação entre a formação social do *caiçara* com os diferentes momentos econômicos das áreas costeiras. Esse contexto específico, abordado por Adams (2000) em diálogo com Diegues (2004), proporcionou um ambiente favorável - com um certo isolamento geográfico e uma mesclagem cultural de sujeitos com diferentes trajetórias étnicas - à manifestação de modos de vida ligados ao extrativismo e mais afastados da densidade social e tecnológica presentes no urbano.

Aqui, apesar de nos adentrarmos na trajetória da Praia do Sono como exemplo de um processo, é importante reiterar como esse processo, de produção capitalista do espaço, que é aqui analisado de um lado, *a partir da territorialização do capital* e de outro, *a partir das resistências que surgem do lugar*, estão inseridas como parte de um processo mais amplo, que se apresenta para além da Praia do Sono, para além de Paraty.

Abordar o processo de produção capitalista do espaço nos permite trabalhar com uma rica pluralidade de exemplos, de sentidos globais do lugar, como nos chama

atenção Doreen Massey (1994). Esse sentido global do lugar pode se expressar (e se expressa) de múltiplas formas a partir das especificidades de cada local, sendo o resultado dessa mesclagem, desse jogo de forças entre o interno e o externo (Santos, 1988), *a preciosidade espacial*. Que é o fruto dessa relação, sempre única, que se manifesta entre o local e o global, resultando no sentido de cada lugar.

Hoje, mais do que nunca, cada lugar, por mais “local” que seja, vai estar, quase sempre, de alguma forma, impregnado de externalidades, de sentidos “globais”. Nesse sentido, estamos de acordo com Santos (1988, p 105) quando coloca que “Cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores”. Esse aspecto pode ser entendido também para pensar a própria formação étnica do caiçara, como uma mesclagem de diferentes grupos: os indígenas originários, os negros de origem africana que foram trazidos escravizados ao Brasil e colonos europeus. Essa mistura entre distintos grupos étnicos, locais e externos, são a mesclagem que formam o caiçara, esse sujeito múltiplo, heterogêneo, com saberes acumulados oriundos também dessa mesclagem entre as três origens étnicas.

Os sujeitos caiçaras foram por muito tempo entendidos enquanto sujeitos sociais ligados a um modo específico de vida, pautado em sua íntima relação com o lugar em que habitam, com conhecimentos passados de geração a geração, através da oralidade, a respeito da vida na terra e no mar. Técnicas de agricultura, conhecimentos sobre diferentes espécies de animais e plantas medicinais, os caminhos de caça e da roça, o mar e suas relações com os ciclos da Lua, as influências dos astros e das estações sobre o calendário pesqueiro, o conhecimento sobre o tempo “só de olhar para o céu”, o saber fazer compartilhado das casas, das estruturas de pau-a-pique -ou o chamado “barreado”-, da confecção de diversos artesanatos para uso cotidiano, do plantio do aipim, da construção da casa de farinha até seu feitio, da cesta à canoa caiçara, realizada em mutirão, dentro da mata, a partir da retirada de um único tronco, arrastada somente depois de pronta para a areia.

Todos esses conhecimentos acumulados de geração em geração através da oralidade e da sociabilidade comunitária específica das pequenas comunidades, ao longo de décadas definiu um modo de vida que se manteve com certa homogeneidade

entre as comunidades, dentro da diversidade de cada uma delas e dos sujeitos que ali habitam, algumas mais ligadas à pesca, outras mais ligadas à agricultura, mas todas compartilhando desses conhecimentos comuns que por muito tempo moldaram esse modo de vida especificamente caiçara.

No entanto, hoje, essas definições não nos bastam mais. Estão limitadas. Ainda que muitos dos aspectos mencionados acima continuem fazendo parte da dinâmica caiçara, não são suficientes para abarcar o conjunto de complexidades que compõem os sujeitos caiçaras atualmente. Tendo o território sul fluminense sido atravessado a partir da década de 1970 por uma série de projetos desenvolvimentistas, os sujeitos que ali habitam foram também, e simultaneamente, atravessados por esses projetos que trazem consigo um modo de pensar específico, pautado pela força do privado, do individualismo e da racionalidade urbana, impactando diretamente os cotidianos das diferentes comunidades.

Aqui, ao nos aprofundarmos no exemplo da Praia do Sono, sabemos estar se falando de uma comunidade caiçara litorânea, com aproximadamente 350 pessoas, composta em sua maioria por pescadores e pessoas que trabalham com o turismo em sua multiplicidade. A ação do externo se materializa no comércio, no capital imobiliário, na mercantilização da paisagem, no turismo e no veraneio e não apenas se materializa, mas penetra as mentes a partir dos fetiches e representações do que é estar inserido nesse modelo. E, inerente a essas materialidades e imaterialidades serão compreendidas aspectos positivos e negativos na interpretação de cada sujeito, dependendo da exposição e da reação que o mesmo tem frente às investidas do capital, através das sujeições, seduções e cooptações, ou frente aos sujeitos que, ao captarem a disputa de sentidos de que se trata, resistem, cada um à sua maneira.

Ou seja, trata-se de uma multiplicidade de possíveis formas de cada sujeito se relacionar com o processo em questão, dependendo de como está envolvido, de como interpreta o processo, de suas intenções, suas ambições e desejos, uma vez que cada um é atravessado de forma diferente em suas subjetividades pela força do externo, pelo jogo das representações, pela capacidade de captar o real. Evidenciamos esses aspectos buscando mostrar como são complexas as múltiplas expressões do que representa a penetração do modo de produção capitalista do espaço.

Vamos daqui em diante retomar o processo de resistência realizado pela Praia do Sono no contexto de pandemia, enfatizando as ações coletivas de fechamento do território, entendendo-as como mais um exemplo de resistência e, simultaneamente, como expressão das contradições que são resultantes das tensões inerentes a produção capitalista do espaço.

### **Praia do Sono e o fechamento do território durante a pandemia do Covid-19: tensões entre o durante e o após.**

Com a chegada da pandemia uma série de medidas são tomadas a nível federal, estadual e municipal, envolvendo os mais diversos aspectos da vida cotidiana, com a suspensão das aulas nas escolas, universidades, fechamento de comércios e serviços. Diferentes formas de controle sobre o ir e vir são impostos sobre os espaços.

Um aspecto fundamental na compreensão do contexto pandêmico, como nos chama atenção Boaventura de Sousa Santos, em seu livro ‘O futuro começa agora: da pandemia a utopia’, publicado em 2021, é entendê-la a partir do viés que:

“A pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 - à medida que o neoliberalismo foi se impondo como a versão dominante do capitalismo e este foi se sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro - o mundo tem vivido em um permanente estado de crise.” (SOUSA SANTOS, 2021, p 25)

Diante do contexto político nacional a atuação do Estado no que concerne o enfrentamento da pandemia teve uma postura um tanto quanto contraditória e, muitas vezes, pode se dizer criminosa. Não é difícil imaginar que, num país onde o presidente da república ridiculariza os perigos da pandemia<sup>6</sup>, as medidas de enfrentamento da mesma não obtiveram grandes eficácias para muitos dos grupos que se encontram “marginalizados”, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, o que

---

<sup>6</sup> Jair Bolsonaro foi foco de diversas reportagens pela sua conduta durante a pandemia. [‘E daí?’ de Bolsonaro não é primeira reação de desdém às mortes de brasileiros por Covid-19 | Jornal Nacional | G1 \(globo.com\)](#)  
[Bolsonaro é apontado como o pior gestor da pandemia no mundo. Saiba por quê - Congresso em Foco \(uol.com.br\)](#)

resultou em rápidas respostas sociais e a explosão de resistências por parte de diferentes grupos locais, que elaboraram seus próprios métodos e formas de articulação para sobreviver a pandemia.

O projeto Raízes e Frutos esteve atento à chegada da Covid-19 no território, promovendo campanhas de arrecadação destinadas à produção local de máscaras nas comunidades e realizando uma *live*<sup>7</sup> em agosto de 2020, com comunitários de Trindade, da Praia do Sono e da Praia do Bananal (Ilha Grande), intitulada “Território caiçara, turismo e pandemia”.

Na *live*, realizada durante um dos períodos mais críticos da pandemia, em agosto de 2020, foram compartilhadas as medidas de enfrentamento que estavam sendo estabelecidas, as dinâmicas das redes de solidariedade entre os territórios e a mobilização em torno das *barreiras da vida*, como ficou conhecido o movimento de fechamento territorial realizado por Trindade e pela Praia do Sono. Com as trocas proporcionadas pela *live*, em que atuei como mediadora, se aprofunda ainda mais o interesse de investigar esses movimentos, compreendendo-os como mais um episódio da resistência caiçara, envolto em contradições diante das pressões externas e internas que se impunham em múltiplas escalas da vida, sendo um grandioso movimento de resistência, que em seu fim expressa tensões relacionados ao modo capitalista de produção e diferentes perspectivas e desejos sobre a comunidade.

O fechamento inicialmente em Trindade e posteriormente na Praia do Sono, não foram movimentos homogêneos. Ocorreram em temporalidades e contextos distintos, cada uma com seus desafios e especificidades. Reunimos algumas informações importantes sobre os movimentos das barreiras na seguinte tabela:

---

<sup>7</sup> Live intitulada “Territórios Caiçaras, Turismo e Pandemia”, disponível no canal do Youtube do Raízes e Frutos, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=LfOIWDLekko>

## A produção capitalista do espaço e as tensões dela resultantes...

Raíssa de Souza Marinho

Tabela com dados sobre o bloqueio territorial em Trindade e Praia do Sono  
Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponíveis em FARO et al. (2021)

Barreiras da vida	Início	Voluntários	Duração	Casos confirmados	Fim
Trindade	19 março	161 (588 plantões/ 24h)	147 dias +- 5 meses	4	15 agosto
Praia do Sono	24 junho	Aprox. 150 / 12h	Aprox 100 dias/ 3 meses	1	Retomada gradual em outubro

Esse episódio da resistência caiçara está envolto de riquezas e carrega consigo potencialidades analíticas que buscaremos alcançar aqui. Gosto de pensar o movimento de fechamento do território, as barreiras da vida, a partir de dois momentos que o compõem, sendo os dois importantes para a análise proposta ao longo deste trabalho.

- 1) O momento de articulação comunitária em torno do fechamento do território, destacando-se os pontos:
  - A partir de reuniões comunitárias via associação de moradores é chegada a conclusão da necessidade de fechamento através da implementação de uma barreira física humana, movimento iniciado por Trindade e alguns meses depois pela Praia do Sono, visto a insistência de pessoas de fora buscando adentrar o território durante o início da pandemia.
  - É criado um sistema de revezamento de voluntariado para manter as barreiras, que ficam localizadas ambas, as de Trindade e da Praia do Sono, nos acessos à comunidade, ou seja, deixando os voluntários isolados.
  - Ambas as comunidades se encontram temporariamente com a presença dos sujeitos caiçaras como soberanos em seu território, diante da ausência inédita de pessoas de fora.

- Diante da ausência da renda proporcionada pelo turismo, uma densa rede de solidariedade se consolida através do Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT) e outros movimentos parceiros.
- Diante de uma maior disponibilidade de tempo e demanda alimentar, são apontados o retorno a algumas práticas tradicionais que se encontravam em decadência, como a agricultura e a caça.
- Os objetivos da *barreira da vida* são alcançados, com pouquíssimos casos confirmados em ambas as comunidades, mas diante de pressões e narrativas internas e externas, elas chegam ao fim.

2) O momento de desarticulação comunitária, destacando-se os pontos:

- Oscilação das medidas e das narrativas em torno da importância do isolamento social em escala nacional, assim como em Paraty.
- Discussões internas acerca da permanência do fechamento do território X retorno às atividades turísticas.
- Discordâncias internas acerca do procedimento a ser adotado.
- Paraty retorna suas atividades turísticas após constantes oscilações nas medidas de isolamento da população.
- Mesmo com os objetivos das *barreiras da vida* sendo alcançados, em um cenário ainda distante de vacinação e com a Covid-19 em alta, optou-se pelo fim do fechamento e pelo retorno às atividades turísticas.
- Em ambas as comunidades o retorno às atividades se deu diante de pressões internas e externas e conflitos entre aqueles que desejam e que não desejavam a abertura.

É impressionante refletir acerca do movimento de fechamento realizado por Trindade e Praia do Sono. Em um momento tão delicado, se organizaram rapidamente para oferecer uma resposta coletiva acerca da postura a ser adotada enquanto comunidade. Logo que foi divulgada a chegada da pandemia, a prefeitura de Paraty iniciou uma série de medidas, estabelecendo o isolamento social no dia 13/03/2020. Após as restrições iniciais, é chegada a interrupção do que é hoje o grande motor da economia de Paraty e do sul fluminense, o turismo em suas mais diversas

dimensões: hotéis e pousadas, campings, parques e áreas de proteção, trilhas e cachoeiras. Se inicia aí o processo de alteração radical na renda das famílias caiçaras, que se viram sem trabalho e sem previsão de retorno.

Com a interrupção do turismo inicia-se um amplo processo de mobilização comunitária. Nesse sentido, é importante destacar a atuação do Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra, Paraty e Ubatuba, um movimento social regional composto por comunidades caiçaras, indígenas, quilombolas e parceiros, que existe desde 2007 e trabalha pela agroecologia, defesa do território, bem viver e educação diferenciada. Com o lema “Preservar é Resistir”, representa atualmente o grande poder de articulação dessas comunidades a nível regional. Teve papel fundamental durante a pandemia do Covid-19 na criação de redes de solidariedade envolvendo a troca de produtos tradicionais produzidos localmente e articulando com universidades e movimentos sociais parceiros a distribuição de cestas básicas, kits com materiais higiênicos e produtos de limpeza, possibilitando que as comunidades pudessem se manter resguardadas por maior tempo.

A comunidade do Sono lançou uma nota a partir da Associação de Moradores Originários da Praia do Sono (AMOSONO) em 17 de março suspendendo as atividades turísticas e a recepção de pessoas. Mesmo sinalizando as trilhas e divulgando publicamente seu fechamento, ocorreram tentativas de adentrar a comunidade. Por isso, no dia 24 de junho a comunidade aderiu ao movimento iniciado por Trindade e iniciou sua barreira da vida. Desenvolvendo um trabalho formado por homens e mulheres de diferentes gerações, trabalhando juntos pela defesa de seu território numa complexa articulação de voluntariados, reuniões internas, articulação e divisão dos recursos e alimentos que chegavam à comunidade.

A tentativa de retorno gradual se mostrou inviável sem o apoio do Estado, e isso ficou claro diante da abertura da comunidade Trindade, que apesar dos incansáveis esforços dos comunitários, tiveram que lidar, após a abertura em agosto de 2020, com a entrada de aproximadamente mil carros por dia em finais de semana. Com o retorno das atividades turísticas em Trindade, e em outras comunidades caiçaras da REEJ que optaram por se abrir, o Sono viu-se isolado na luta para manter-se fechado. Diante de muitas pressões, reuniões e divergências internas, a

comunidade retorna às atividades em um clima de tensão e conflito a partir do dia 1 de Outubro de 2020.

É interessante refletir sobre como em um momento de ameaça sanitária coletiva, visto que os povos tradicionais foram, desde o princípio, considerados grupos de risco - devido a falta de estrutura hospitalar nos locais onde vivem - a comunidade conseguiu a partir da organização coletiva chegar a um consenso de forma autônoma sobre o fechamento do território, o que é algo de extrema complexidade, visto que são pessoas que em sua maioria têm a renda associada ao turismo. Além disso, esse fechamento significou também, muitas vezes impedir que seus próprios parentes, tios, primas e afilhados, de Paraty ou das proximidades pudessem chegar à comunidade.

No entanto, nota-se como a preocupação com a saúde coletiva, o cuidado com os mais velhos, a proteção com as crianças e gestantes foi um aspecto de peso na decisão de fechamento, visto que a ameaça de iniciar um contágio nas comunidades, que não possuem testes de Covid-19 disponível, nem sistemas de saúde e que tem um modo de vida associado ao estar junto, a proximidade, as chances de ocorrer uma tragédia seriam imensas. Como, infelizmente, aconteceu em comunidades indígenas Brasil adentro.

Com o fim da barreira na Praia do Sono e a abertura para o retorno das atividades turísticas, que vinha sendo a causa do conflito interno na comunidade devido às divergências sobre os próximos passos a serem tomados, o conflito não chegou ao fim. Algumas semanas após a reabertura tem início o processo de inscrição das chapas para a votação, para definição da organização da associação de moradores. O grupo que vinha lutando pela abertura da comunidade optou por se organizar para disputar a associação de moradores com uma nova chapa.

Historicamente, há um grupo de algumas lideranças e moradores mais atuantes na comunidade que formam uma chapa coletiva que, apesar de haver um nome para a presidência - mais por questões burocráticas - funcionava com o poder horizontal de forma coletiva entre aqueles que compõem a chapa. Essa chapa vinha ocupando esse espaço de poder e articulação há alguns anos, revezando os nomes que representavam a presidência e seguindo em sua luta e atuação coletiva. Fato que se

deu também devido a falta de iniciativa de articulação de outros comunitários, de forma que, há muitos anos não existe a mobilização de outros grupos para criação de uma chapa e disputa pela associação.

O antigo grupo, com seu tempo de atuação e poder de articulação coletiva foi se tornando bastante conectado com a comunidade internamente, com as comunidades que formam a REJ e com projetos externos que envolvem a comunidade, como o Fórum das Comunidades Tradicionais, O Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), ONG's, universidades e mesmo o contato com agentes de poder do Estado, secretarias municipais etc. Buscavam a participação e o fortalecimento comunitário, voltados para a defesa do território da Praia do Sono, a não entrada para moradia de pessoas de fora, a não venda das terras, a manutenção da comunidade, da educação diferenciada e o desenvolvimento de um turismo de base comunitária, tendo a comunidade e seu modo de vida como protagonistas do turismo, frente ao turismo predatório - como é chamado por eles - que vem se consolidando no Sono há mais de uma década.

O clima na comunidade chegou a um nível de tensão que a chapa de atuação histórica e constante, chamada "AMOSONO - Associação de Moradores Originários da Praia do Sono" sequer se candidatou para disputar a associação. Foi compartilhado que diante dessa situação, atuantes se sentiram acuados, diante de ameaças e xingamentos, chegaram a diminuir a circulação pela comunidade por um tempo, no lugar em que foram nascidos e criados, sob acusações de roubo e de desvio de dinheiro.

Como apenas a nova chapa se candidatou, ela se encontra no poder atualmente. É uma associação organizada por um grupo afastado das articulações políticas que envolvem a comunidade hoje. Se posicionam contra grandes conquistas como a educação diferenciada que ocorre na Escola Municipal Martin de Sá, localizada na Praia do Sono, uma das únicas comunidades que tem o segundo segmento na escola. É um grupo que vem impedindo a participação das antigas lideranças nos processos ligados à comunidade, o que a contrapõe com o grupo antigo, que buscava o maior número de comunitários atuantes, estimulando a participação de todos. No entanto, ao mesmo tempo e de forma contraditória, o novo

grupo não se impõe para acessar e tomar frente das dinâmicas externas ligadas às comunidades, como com as organizações aqui já mencionadas, como o FCT, o OTSS e a administração pública.

Suas principais preocupações estão em torno do desenvolvimento turístico na comunidade, com o qual são muito mais permissivos. A associação atual busca melhorar a comunidade para o turismo, buscando um aumento na renda e na “qualidade de vida” dos moradores. Fica visível também a tensão entre duas formas distintas de lidar com os conflitos ligados à passagem no condomínio Laranjeiras, em que a associação atual se encontra muito mais disposta em chegar a “acordos” com o condomínio. Acordos esses que são estipulados de cima para baixo, com o condomínio determinando a palavra final sobre o que será acordado, acordos “de uma parte só”. De forma que, quando há alguma vitória para as comunidades, são realizadas a partir de muita luta e articulação política por parte dos comunitários. O que historicamente foi realizado pela antiga associação, AMOSONO.

É importante salientar que em nenhuma das associações houve ou há participação efetiva de toda a comunidade, o que indica que, há sempre uma parte dos comunitários que não se envolve com as articulações políticas, mesmo que internas à comunidade. No entanto, evidencia-se a diferença na postura entre as duas, uma vez que a atual procura fechar-se em si mesma, enquanto a antiga buscava ampla participação comunitária e se lançava as possibilidades externas, quando faziam sentido para os desejos dos comunitários.

Ainda assim, percebe-se que em momento de crise e necessidade, a comunidade se une na articulação de respostas coletivas, como foi com o caso das barreiras, que contou com participação de cerca de 150 voluntários da Praia do Sono. Sendo uma comunidade com aproximadamente 350 pessoas, entre muitos idosos e crianças, pode-se considerar um número expressivo de pessoas que se envolveram com o fechamento do território.

Outro aspecto que vale chamar atenção foi a mudança no nome da associação. Historicamente chamada “AMOSONO - Associação de Moradores Originários da Praia do Sono”, a nova chapa passa a se chamar “Associação de Moradores da Praia do Sono”. Uma pequena mudança no nome, retirando uma única palavra, - originários

- carrega um grande simbolismo. É também uma indicação sobre a postura que se tem sobre manter a comunidade para quem ali nasceu, grande esforço que vinha sendo realizado pelo antigo grupo, ou passar a naturalizar a venda das terras na comunidade e a compra por pessoas de fora, o que fragiliza e ameaça a soberania comunitária. E, a longo prazo, ameaça até mesmo a comunidade de ser caracterizada enquanto tal.

Parece que agora, após dois anos de um clima de conflito e desarticulação, a situação começa a ficar um pouco mais branda. Após dois anos atuando na nova associação, os integrantes estão percebendo as dificuldades que envolvem qualquer tipo de conquista voltada para a comunidade. A necessidade de organização, articulações políticas e parceiros de diferentes áreas atuando, cada um dentro de suas possibilidades, na defesa, na luta, na manutenção e por conquistas para a comunidade vem se demonstrando cada vez mais necessária. E que, afinal, essa quantidade de verba que tanto pensavam circular sequer existe.

Após tudo o que foi explicitado e a recente ida à comunidade, onde fui exposta pessoalmente a essas questões após bastante tempo restrito ao contato virtual, ficou evidente que as tensões, ainda que estejam começando a diminuir, ainda se encontram pulsantes e bastante recentes para os moradores que foram fragilizados frente a esse processo. Percebe-se o sentimento de tristeza e exaustão por parte daqueles que muito lutaram por sua comunidade e que não vêem, dentro dela, esses esforços reconhecidos.

Para nós fica claro que esses conflitos têm, em sua raiz de existência, como causa principal e grande motivador justamente a tensão que se expressa, a partir de duas formas distintas de olhar, pensar e desejar a comunidade. Que se chocam, uma vez que representam diferentes interesses, diferentes perspectivas de presente e de futuro. As tensões mais pulsantes se encontram hoje ligadas à associação, tendo como grande motivador as divergências sobre a abertura após o fechamento durante a pandemia, que tem efeitos ainda hoje na dinâmica interna.

## **Considerações finais**

Muito nos instiga perceber como essas tensões entre duas formas distintas de produção da vida, do espaço e das significações se manifestam cotidianamente, como estão cada vez mais difíceis de serem percebidas separadamente, uma vez que se encontram em constante mesclagem.

Muitas vezes temos a sujeição, a cooptação e a sedução como instrumentos de dominação consolidados do capital e da lógica privatista frente à resistência. Mas necessárias vezes, temos a resistência frente à esses instrumentos de dominação, criando episódios marcantes que compõem o histórico das memórias comunitárias, relembando a vista e o coração as potencialidades que carregam o pensar e o agir coletivo, delineando ações estratégicas autônomas, como foi com a realização das barreiras da vida.

No entanto, na maioria dos momentos, é interessante perceber como andam todas juntas: sujeição, sedução, cooptação e resistências, tudo junto e misturado conformando um espaço bastante peculiar. Esses aspectos vêm alinhando a contraditória e permanente luta por uma melhor integração à lógica de produção capitalista por parte da comunidade, que vem buscando se adequar a esse modo de produção à sua maneira, sem abrir mão de suas raízes. Sendo esse, enfim, o grande desafio que está posto, resultado que temos fruto de toda essa mesclagem hoje, como estratégia utilizada pelos sujeitos sociais para se moverem nessa intrincada teia de relações, que se tornam cada vez mais complexas e de difícil distinção.

## **Referências**

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem disciplinar. **Revista de Antropologia**. São Paulo. USP. 2000. v. 43 nº1.

CARLOS, Ana Fani A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. **Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1

DE SILVA. Iby Montenegro. Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no sul fluminense. p- 411-445. In: **Ditadura, confito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Org: MEDEIROS, Leonilde Servolo de - Rio de Janeiro, Consequência, 2018. 672. p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ed – São Paulo: Hucitec, 2004.

FARO, A. R. **Organização comunitária e a produção do comum: potências e contradições na comunidade caiçara da Praia do Sono**. 244 p. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2021.

FARO, A. R; MONTEIRO, L. C. R; SANTOS, J; PAIVA, D; MONGE, R. M. Cuando las comunidades hacen sus barreras frente a la pandemia: estrategias de defensa de la vida y de los territorios de las comunidades caiçaras de Trindade y Praia do Sono, Paraty-RJ, Brasil. **Revista Cardinalis**. v.8, n. 15/2, p. 168-195, nov.2020.

FERNANDES, S. M. R.; GABRIELLI, G. A. L e MARINHO, de S, R. Preservar é re-existir: A luta das comunidades caiçaras da Península da Juatinga com a presença e a ausência do turismo durante a Pandemia de Covid-19. **Revista Ensaios da Geografia**. Rio de Janeiro: UFF, v.7, nº13, 2021.

FONTANELLI, M.M. **A RODOVIA E OS CAIÇARAS: A CONSTRUÇÃO DA RIO-SANTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS COMUNIDADES LOCAIS EM UBATUBA (SP)**. Dissertação de mestrado em História, política e bens culturais. Fundação Getúlia Vargas. Rio

GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 216-246, jul-dez. 2021

de

Janeiro.

2019

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.

LANDER, E. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos.** In: \_\_\_\_\_. (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações.

**Geographia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, no 12, ano 6, p. 7-23, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

\_\_\_\_\_. O sentido global de lugar. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença.** Papirus, Campinas, 2000. p. 177-185.

NETO, Antonio Moreira de Carvalho et al. Inter-relação e capitais mobilizados por diferentes tipos de empreendedores no processo de reconversão de funções econômicas de cidades: um estudo de caso em Paraty (RJ). **REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO**, [S.l.], jan. 2012. ISSN 1980-6965.

OSLENDER, Ulrich. Geographies of the pluriverse: Decolonial Thinking and Ontological Conflict on Colombia's Pacific Coast, **Annals of the American Association of Geographers**, 109:6, 1691-1705, 2019.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (Org.) **Paisagem, espaço e sustentabilidades.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007, p.143-193.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos estudos. CEBRAP (79). Nov 2007

GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 216-246, jul-dez. 2021

**A produção capitalista do espaço e as tensões dela resultantes...**  
Raíssa de Souza Marinho

\_\_\_\_\_. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia.** 1ªed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, M. (1988). **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec

Recebido em 16 dez. 2021;  
aceito em 23 mai. 2022.